

A EXPERIÊNCIA DE SISTEMATIZAÇÃO DO SPEP - UNIJUÍ – BRASIL

CLAUDINO VERONESE . Brasil

1. COMO INICIAMOS

No Brasil, as iniciativas pioneiras de sistematização de práticas de educação popular bem como de formação para a sistematização não se vinculam à UNIJUÍ, nem tampouco se localizam na Região Sul do país. Desde a década de 60, trabalhos nesse sentido podem ser identificados no Nordeste e Centro-Sul, especialmente a partir de atividades de educação de adultos e de práticas de formação de pequenos agricultores, estas últimas no bojo de projetos de planejamento participativo e desenvolvimento agrícola. A partir dos anos 70 podem ser identificadas, inclusive, experiências que mantiveram vínculos orgânicos com iniciativas latino-americanas, como as coordenadas pelo CEAAL - Conselho de Educação de Adultos da América Latina. Embora a riqueza de muitos desses processos e das práticas de sistematização que o seguiram, a conjuntura política do país impediu a continuidade de vários deles, quer nos anos mais amargos da ditadura militar, dada a repressão direta a qualquer atividade de caráter crítico-emancipatório, quer no transcurso da virada para a democratização do país, quando fatores ligados às demandas dos processos organizativos e das mobilizações de setores progressistas da sociedade civil passaram a absorver demasiadamente tanto militantes quanto intelectuais que desenvolviam atividades junto ao campo popular.

Em ambos os períodos referidos, a UNIJUÍ já desenvolvia práticas de educação permanente com pequenos agricultores e habitantes de bairros periféricos, num amplo espaço de sua área de influência. Aliás, é interessante adiantar que os trabalhos desta instituição educativa já nasceram marcados por um caráter regional e popular. Embora esses trabalhos se mantivessem seguidos por registros e alguns deles fossem acompanhados por pesquisas, as condições internas e externas à Instituição de Ensino Superior de Ijuí ainda não favoreciam a percepção da necessidade de radicalizar a dimensão participativa dos processos reflexivos que acompanhavam essas práticas educativas. Essas condições só começaram a amadurecer no final dos anos 80 e início dos 90, já com o SPEP - Seminário Permanente de Educação Popular -, um programa dos e para os “Movimentos Sociais e Instituições de Assessoria” em funcionamento no espaço da universidade.

A necessidade de trabalhar com a sistematização de suas práticas já vinha sendo verbalizada por Movimentos Sociais e Instituições de Assessoria (ONGs e Programas de Algumas Universidades do Sul do País), sujeitos coletivos que integram o SPEP desde sua criação em 1987. Expressavam a necessidade de maior conhecimento das suas práticas, de reconhecimento teórico do próprio agir, bem como manifestavam preocupação de identificar contradições que pudessem estar ocorrendo entre os discursos político-pedagógicos e a objetivação destes em práticas sociais concretas tanto produtivas como educativas, organizativas e políticas. Também, o Comitê Executivo do SPEP - constituído por professores da UNIJUÍ -, em razão das assessorias ou práticas de educação popular que vinha realizando, passava a intuir

que a sistematização poderia dar conta de transformar algumas das experiências do programa em objeto de investigação sem, contudo, subtrair o processo de produção de conhecimento sobre o mesmo objeto do domínio dos sujeitos que o integravam, isto é, educandos e educadores. Tanto os Movimentos Sociais, as Instituições de Assessoria como também os membros do Comitê Executivo do SPEP demonstravam desejar a incorporação imediata do conhecimento que a sistematização viesse a produzir às próprias práticas para aperfeiçoá-las, torná-las mais coerentes, mais incisivas e, ainda, acreditavam poder tornar essas práticas fonte de conhecimento socializável. Portanto, uma preocupação, sem dúvida pragmática, voltada para uma reflexão/ação situada, mas associada à crença na possibilidade de rompimento com o senso comum e construção de um devir, presente/futuro, comprometido com um novo projeto de sociedade.

Nesse período a UNIJUI, através da FIDENE/SPEP, já estava vinculada ao CEAAL e tomava contato com publicações de experiências latino-americanas de sistematização, bem como com o debate sobre os fundamentos teórico-epistemológicos que a prática da sistematização vinha provocando. Começavam, assim, a constituírem-se as condições para a universidade assumir esse novo desafio.

2. NOSSAS FRENTES DE TRABALHO

Dados os antecedentes, a UNIJUI passou a investir na sistematização. Foram então criadas, junto ao Seminário Permanente de Educação Popular, três frentes de trabalho: a formação para a sistematização, a sistematização de uma experiência educativa do SPEP e a assessoria ou apoio à sistematização. Posteriormente, subsidiando essas três, foi adicionada uma quarta frente de trabalho: a construção de uma proposta de sistematização que vinculasse sistematização, pedagogia e projeto político.

Formação para a Sistematização

Em 1991 foi realizada uma Oficina de Sistematização, que discutiu e desenvolveu, a nível didático, a prática de sistematizar algumas experiências, segundo proposta metodológica derivada das elaborações especialmente do CEESTEM/CEAAL (Rosa Maria Romero - UNIMEP). Embora a oficina pudesse ser considerada um evento marcante, como iniciativa primeira na vida do SPEP, não teve a continuidade esperada. Contudo, o processo foi retomado no ano seguinte, com mais cuidado quanto à preparação, o desenvolvimento e a proposta de seguimento. Por sua vez, foi também beneficiado pelo avanço, em âmbito latinoamericano, do debate teórico-epistemológico sobre a sistematização e pela possibilidade de entrar em contato com outra proposta metodológica de sistematização, que rompia com o viés positivista da primeira, orientando-se, esta outra, por uma concepção metodológica dialética. A experiência de 1992, sob a assessoria de ALFORJA-CEPIS-CAMP (Oscar Jara, Mara Manzoni, Conceição Paludo), pôde levar os educandos a experimentarem a coerência entre a proposta teórico-metodológica e a vivência pedagógico-didática das atividades formativas em presença e das sugeridas como acontecimentos à distância.

O ativismo dos sujeitos coletivos representados pelos participantes desta segunda iniciativa de formação em sistematização que, em parte pode ser explicado pela força da conjuntura, mas que revela também debilidades teórico-políticas no diagnóstico da mesma, dificultou o cumprimento de acordos e compromissos assumidos por educandos-educadores-apoiadores na dinâmica de formação para a sistematização iniciada pelo SPEP. Contudo, permaneceu “recalcado” o desejo/necessidade de romper com “a velha prática” (mais espontânea, determinada pela conjuntura, reificadora) e substituí-la pela “nova” (mais reflexiva, planejada, constituidora).

Por ocasião da realização do diagnóstico “Nuestras Practicas” desencadeado pelo CEAAL e, posteriormente, no desenrolar da consulta do “Plan FEP”, sob a coordenação do mesmo órgão, FIDENE/UNIJUÍ/SPEP assumiram a responsabilidade por sistematizar o “diagnosticado na Sub-Região Sul do CEAAL-Brasil”. As temáticas da pedagogia e da sistematização apareceram como necessidades e, mesmo, como prioridades a serem enfrentadas na formação de formadores pelas ONGs e Universidades co-irmãs do SPEP e afiliadas ou amigas do CEAAL.

A partir de então, o SPEP sentiu que havia chegado o momento de assumir de fato a responsabilidade de trabalhar com as questões postas. Era 1993; no contexto latinoamericano tomava corpo iniciativa significativa para o avanço da discussão sobre a sistematização e a educação popular que foi o investimento do CEAAL na criação do Programa de Apoio à Sistematização. A Sub-Região Sul do CEAAL Brasil passou a participar da construção do referido programa que, embora estivesse apresentando dificuldades de funcionamento, vinha contribuído significativamente para que o SPEP e seus integrantes assumissem a temática e fizessem, de seus objetos de sistematização, fonte sistemática de produção de conhecimento.

Neste período, o SPEP pôde revisar suas iniciativas na área da formação para a sistematização e definir-se por um processo de formação de educadores populares, cuja dinâmica passou a combinar a reflexão sobre a pedagogia da educação popular e a sistematização. Houve a preocupação para que o processo iniciado acontecesse sempre referenciado às práticas dos educandos. E isso vem se cumprindo desde então. Além disso, tem se procurado vincular esse processo formativo à refundamentação da educação popular e à discussão da questão de um projeto político que venha perspectivar a transformação das relações sociais excludentes que têm caracterizado o social em nossos países latino-americanos, relações estas que também perpassam as práticas sociais em sistematização.

Desde então, foram realizadas três oficinas sobre “Pedagogia e Educação Popular” e uma (além das duas primeiras já referidas) sobre “Sistematização e Educação Popular”, oficinas interligadas por atividades práticas de sistematização. São oficinas que subsidiam os processos de sistematização num crescendo: refletem os momentos já cumpridos, referenciados às experiências singulares em andamento, e preparam os que estão por acontecer. Além do mais, teorizam o vivenciado, situando as experiências locais, sua diversidade e convergências, no “discurso histórico” da educação popular e na relação deste com o discurso hegemônico do social. Com isso, também os conteúdos teóricos, trazidos pelos objetos e eixos das

sistematizações para os processos formativos (oficinas e assessorias), passam a ser objeto de estudo do grupo em formação. É o caso da questão do desenvolvimento, da participação e da construção do sujeito.

Essa dinâmica tem sido apoiada pelo CINEP (através de Marco Raúl Mejias Jimenez) e pelo Programa de Apoio à Sistematização do CEAAL (através de Estela Gonzales), além do próprio Comitê Executivo do SPEP (através de Elza Falkembach) e de outros programas e departamentos da UNIJUÍ (através dos professores Paulo Fensterseifer, Louiza Boukharaeva, Paulo Schneider, Paulo Thiellet e Mario Osorio Marques).

Mais recentemente, 1996, foi criado o Grupo de Apoio à Sistematização do SPEP, constituído por educadores de ONGs, de Programas de Universidades e de Movimentos Sociais que integram o SPEP e que vêm realizando experiências concretas de sistematização. Os integrantes deste grupo, além de participarem das oficinas de formação e de realizarem sistematizações singulares, mantém, regularmente encontros de estudos e de socialização e análise dos processos que estão vivenciando. Por sua vez, tem sido a forma encontrada pelo SPEP para a “multiplicação” de formadores em sistematização.

Assessoria à sistematização

A primeira iniciativa do SPEP aconteceu no bojo de um trabalho educativo, de caráter interdisciplinar, desenvolvido num Assentamento de Reforma Agrária do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra. O trabalho foi direcionado à Equipe de Formação de uma cooperativa criada no assentamento. A dinâmica do trabalho conjugou a formação e a (re)criação metodológica, com a realização da sistematização do processo produtivo e organizativo do assentamento em questão, pela referida equipe e com a participação do Conselho de Administração da referida cooperativa. Já nesta primeira experiência de assessoria a processos de sistematização apareceu a primeira singularidade do que veio a constituir-se a proposta de sistematização do SPEP: a sistematização em processo. Posteriormente a esta, várias assessorias foram iniciadas, algumas tendo continuidade, outras não. O processo foi avançando, sempre vinculado à formação para a sistematização já descrita, às discussões sobre os fundamentos teórico-epistemológicos da sistematização, incentivados pelo CEAAL e à construção de uma proposta metodológica que acompanhasse práticas sociais em andamento. O Grupo de Apoio à Sistematização criado junto ao SPEP, inspirado no Programa de Apoio à Sistematização do CEAAL, tem se mostrado uma iniciativa acertada e tem conseguido colocar a produção em sistematização e pela sistematização como uma prioridade da UNIJUÍ.

A sistematização de experiências

Ao mesmo tempo que promovia a formação e a assessoria à sistematização, o Comitê Executivo do SPEP passou a realizar a sistematização de um trabalho educativo seu, no mesmo Assentamento de Reforma Agrária do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra

onde realizou sua primeira assessoria à sistematização. Passava a estabelecer, com isso, um objeto de referência para a sua criação metodológica e para discussões de caráter teórico-epistemológico, no âmbito da sistematização. Desde então outras iniciativas passaram a ser desenvolvidas, algumas vinculadas a cursos da universidade (Pedagogia, Administração de Empresas, Mestrado de Educação nas Ciências), outras a programas de extensão universitária (Assessoria a municípios de pequeno e médio porte em Planejamento Participativo, através do IPD - Instituto de Políticas Públicas e Desenvolvimento e Formação de professores do MST).

Concomitantemente a essas iniciativas, o SPEP tem avançado na construção de sua Proposta Metodológica para a Sistematização de Práticas Sociais e tem participado do debate científico quanto à sistematização e a educação popular desencadeado pelo CEAAL, debate que ganha espaços na UNIJUÍ, sensibilizando setores da universidade para além do seu Programa de Educação Popular e do seu Departamento de Pedagogia.

3 - O QUE ENTENDEMOS POR SISTEMATIZAÇÃO

Não dá para entender a sistematização desvinculada da crise de paradigmas e da crise de projeto, de um modo geral. As tentativas do homem de buscar o conhecimento da realidade apenas pela via da razão foi demonstrando que outras dimensões da realidade deixam de ser contempladas. Os aspectos da subjetividade, das intenções, das emoções e dos afetos escapam à percepção daqueles que se atêm apenas ao uso dos instrumentos da investigação científica e da avaliação, fundamentados na concepção positivista da ciência física moderna.

Os desafios colocados nos últimos tempos pela crise de paradigmas exigem que se busque uma refundamentação da Educação Popular. Isto vem fazendo com que um número cada vez maior de educadores populares introduzam em suas práticas o exercício da sistematização e a reflexão sobre a mesma. Aparece ela, aos olhos desses educadores, como uma ferramenta propícia para a produção de conhecimento, para o favorecimento da relação entre educadores e educandos com referenciais teóricos, para melhorar a intervenção pedagógica das práticas de Educação Popular e para a construção da cidadania ativa que estas práticas visam.

Nos períodos de crise sempre surgem iniciativas voltadas para o debate e a busca das causas e das alternativas que podem acenar para o estabelecimento de novas concepções e de novos compromissos. É no campo da educação popular que, ultimamente, sempre mais educadores vêm se dando ao trabalho de fazer da sistematização um instrumento pelo qual os sujeitos da prática sistematizada podem transformar-se em sujeitos críticos capazes de, coletivamente, contribuir na construção teórica e no desenvolvimento de uma prática reflexiva transformadora.

Apesar de a sistematização ter passado de um estado de subordinação para se constituir como campo temático próprio, sua identidade e legitimidade, no entanto, encontra-se em fase de construção. Trata-se de uma construção que vem sendo realizada pelos sujeitos das práticas sociais alternativas que praticam e refletem a sistematização. Um número cada vez maior de

educadores comprometidos com a educação e a organização social vêm se dando ao trabalho de praticar e de refletir a sistematização de programas desenvolvidos junto aos setores populares.

De conformidade com a tradição do paradigma crítico marxista, a sistematização é concebida como um instrumento pelo qual se aposta na reconstrução crítica e interpretativa das experiências de educação e organização popular e/ou social e do significado que seus atores lhes dão.

À medida que a sistematização vai sendo desenhada pelos novos paradigmas que se contrapõem ao da racionalidade moderna, fundamentada esta na concepção positivista da ciência, busca-se, através dela: contemplar as formas da subjetividade e da racionalidade que dinamizam as práticas sociais; resgatar as diferentes maneiras de o homem conhecer a realidade que passa pela razão, pela intuição e pelo sapiencial; e argumentar a favor de valores universais, como os dos direitos humanos, pelos quais é preservada a ética. Trata-se de valores que servem de base: à práxis; aos consensos a serem construídos em torno de um sentido comum, onde a dialética permanece presente no jogo de subjetividades marcadas por interesses em confronto; à construção de projetos alternativos de sociedade alimentados pelo imaginário popular; à presença de uma ação social entendida como construção social, racional e emotiva. As pessoas tornam-se sujeitos à medida em que são munidas das condições de construir o entendimento da realidade do mundo da natureza e do mundo dos homens, o que significa alcançar um estado de autonomia e transformarem-se de indivíduos em sujeitos sociais. Atuar neste sentido é adotar uma política que não se firma apenas em bases materiais mas que se sustenta também na dinâmica que leva à constituição de um outro tipo de pessoas e de realidade.

No dizer de Afonso Torres¹, os novos paradigmas, ao contrário da tradição positivista, se caracterizam pelos seguintes traços fundamentais: **a)** os diferentes ramos do conhecimento científico devem ser entendidos como possibilidade de conhecimentos - enquanto sistemas culturais historicamente construídos - e não como fontes geradoras de verdades; **b)** a valorização cultural e dos enfoques qualitativos da investigação que se dá por uma construção que se faz sem a presença de um marco teórico prévio a ser verificado ou comprovado, remete ao resgate da lógica pela qual os sujeitos da prática a interpretam; **c)** o reconhecimento de que o social é complexo e de que a desordem, ou seja, o contingente tem sua importância, tem presente que nem sempre o que sucede numa experiência tem a ver o que foi contemplado inicialmente pelo projeto.

A sistematização, além de representar uma crítica à razão pura, apresenta-se como um processo pelo qual se busca integrar razão e espiritualidade, razão e emoção, razão e saber cotidiano.

¹ TORRES, Afonso. La Formación para la Producción de Conocimientos. In. Nuevos Materiales para la Sistematización en la Educación Popular, p. 10-16. II Seminario-Taller del Programa de Apoyo a la Sistematización, Santiago de Chile, 29 al 31 de enero de 1996. CEAAL

Ao valorizar a subjetividade, a sistematização remete-se ao resgate dos processos geradores de sentido, reconstituidores de novos sentidos do humano.

Sistematizar é transformar a própria experiência em objeto de estudo

A sistematização apresenta-se como um instrumento que leva à recuperação e à reflexão do viver compartilhado dos agentes da prática escolhida para se tornar objeto de estudo. A sistematização faz desse viver objeto de investigação, espaço de discussão e de aprendizagem.

A experiência transformada em objeto de estudo é aquela que está sendo vivenciada a partir de um programa que vem sendo desenvolvido no campo da educação popular, da organização popular ou da promoção social.

Ao transformar uma prática deste campo de ação em objeto de sistematização deseja-se resgatar junto à mesma os processos sociais que a constituem, sua dinâmica, sua complexidade e sua contradição.

A complexidade desses processos é dada pelos fatores objetivos e subjetivos: das condições contextuais em que a prática é desenvolvida; das situações particulares enfrentadas; das ações direcionadas a determinados fins pelas intencionalidades que as configuram; das percepções, interpretações e intencionalidades diferenciadas dos seus agentes; dos resultados esperados ou não; das relações entre os participantes.

Sistematizar é desconstruir e reconstruir ordenadamente as práticas de educação, organização e promoção social

No dizer da Profª Elza², a ação dos sujeitos da sistematização de uma prática sua de educação e/ou organização popular é semelhante à do artista que está envolvido com a construção de um vitral a partir do ajuntamento de cacos. Nossas práticas educativas são constituídas de diferentes elementos. Cabe aos sistematizadores identificar esses elementos, como se fossem cacos, e descobrir seus nexos na constituição de um todo, como se fosse um vitral. Além de descobrir o significado que é dado a cada elemento, no decorrer do processo de sistematização é necessário identificar o sentido comum que está sendo construído pelos agentes da prática.

Os sujeitos da sistematização procuram ordenar os processos e os resultados de um projeto, de uma prática. A preocupação é com o resgate das dimensões que podem explicitar o percurso que o trabalho assumiu. Desde que se queira identificar as tensões e as convergências

² FALKEMBACH, Elza Maria Fonseca. Sistematização... juntando cacos, construindo vitrais. Cadernos UNIJuÍ. Série Educação 23. Ijuí, UNIJuÍ, 1995.

do processo, bem como, recuperar as representações, isto é, os significados (idéias e sentidos) que os agentes atribuem à prática, a sistematização deve recuperar o processo da mesma.

A sistematização permite retomar o debate sobre a questão do poder e do projeto político. A se manter utopias abrangentes, cabe identificar a relação que se procura construir entre elas e os projetos provisórios da democracia, da justiça, dos direitos, da cidadania, a serem disputados no espaço das políticas públicas. A relação com o Estado a ser trabalhada é a de um Estado inimigo que cabe ser tomado, ou de um Estado enquanto espaço de negociação e de conflito a se trabalhar com ele?

Sistematizar é construir conhecimento, coletivamente

Há sistematização desde que os sujeitos da mesma dialoguem cada um consigo mesmo e com os demais a partir da prática que está sendo sistematizada. Estabelece a sistematização condições para que se crie um espaço de discussão das representações que se fazem presentes na prática educativa.

O espaço da sistematização constitui-se num espaço de criação individual e coletiva de conhecimento tanto teórico como prático. Essa criação se dá dentro de uma ação que é concebida para transformar o povo em protagonista do seu próprio desenvolvimento. Trata-se de uma criação que dispõe do potencial de lançar a luta diária para além da busca da auto-conservação. Tem como finalidade levar homens e mulheres a se encontrarem num projeto voltado para a construção e a realização de novos cenários sociais e de novos sujeitos.

A sistematização exige de seus participantes a disposição de realizar uma construção coletiva. Para isto, terá que haver reflexão coletiva, onde a dialogia potencializa acordos, equilíbrios e consensos, em relação ao objeto da sistematização e à produção de um conhecimento novo. Trata-se de acordos, de equilíbrios e de consensos que não serão definitivos, mas temporários e que, por isto, deverão ser retomados constantemente.

A sistematização constitui-se num processo radical

Sistematiza quem está aberto ao diálogo. Está aberto ao diálogo quem reconhece a pluralidade de posições, de sentidos. Está aberto ao diálogo quem não parte de uma posição como se estivesse dada, mas quem se coloca na perspectiva de uma posição a ser construída.

Sistematizar é abrir-se para a negociação cultural com o outro. Há negociação cultural onde houver espaço e condições para que as razões de todos sejam postas e devidamente argumentadas. As diferentes razões colocadas mostram que não existe uma única forma de se vincular à prática e ao mundo. No diálogo argumentado constrói-se unidades de sentido e de rumos a serem seguidos conjuntamente.

A sistematização quer representar uma oportunidade para os agentes da prática a ser sistematizada de reconhecer e de interpretar com os outros, de visualizar as confluências e as diferenças, os consensos e os dissensos que atravessam e dão identidade à experiência. Pela negociação cultural, a sistematização proporciona o cruzamento das interpretações, dos saberes e das lógicas entre os diversos atores.

Na dimensão da radicalidade cabe observar ainda que a sistematização pode provocar nos seus agentes momentos de deleite e de desconforto. Deleite pela maior compreensão que passa a ter de sua prática. Desconforto pelas contradições com as da própria experiência e que tem a ver com cada agente.

A sistematização cria sensação de se estar promovendo mudanças na prática e nos -agentes da mesma.

À medida que proporciona o distanciamento, a reflexão e a aprendizagem desde a prática, a sistematização realimenta essa prática.

Identificando as tensões, os equívocos e os acertos que se fazem presentes na prática, a sistematização remete a uma revisão dos rumos e dos sentidos, a retraçar os caminhos, a reorganizar os processos, ressignificando, nossas práticas e nosso estar no mundo.

A sistematização oferece elementos que possibilitam traçar novos rumos no atendimento a necessidades imediatas e de longo prazo. É na solução do imediato que se aprende a respeitar idéias para A configuração de um projeto comum de sociedade se faz na construção conjunta de soluções para o imediato, o que se aprende a respeitar as idéias de todos quantos participam do processo.

O processo de sistematização proporciona aos seus agentes o conhecer mais desde o lugar de sua prática, onde estabelecer sua mediação com o mundo. O conhecer mais a partir da própria prática pode oportunizar um salto em direção ao assumir uma relação consciente com o mundo, ou frustrar a esperança de se manter o barco nas águas revoltadas da vida que se faz nas nossas práticas. A onda de imperfeições do nosso agir coletivo e dos equívocos das inserções que se passa a tomar consciência podem alimentar a desesperança. A sistematização nos leva a identificar não apenas os sucessos e os acertos, mas torna públicos também os equívocos, as incorreções, as debilidades e as contradições.

Em ambas as situações a pessoa esbarra nos limites. Mas é a partir dos limites que o novo tem condições de despontar. É o envolver-se com processos criativos, mesmo que levem à identificação dos limites, que homens e mulheres têm a oportunidade de avançar na sua maturação humana.

Confluências e diferenças entre Sistematização, Avaliação e Investigação

Una de las dificultades más frecuentes que tenemos para precisar em que consiste especificamente la sistematización, es la indefinición de las fronteras y zonas comunes entre ésta, la evaluación y la investigación social (JARA, 1995: 37)

Tanto a sistematização como a avaliação e a investigação se situam no terreno do conhecimento. As três contribuem para o conhecimento da realidade com o objetivo de transformá-la. As três são indispensáveis e se alimentam mutuamente.

A sistematização e a avaliação tem de comum o propósito de melhorar nossa prática. Têm como objeto de conhecimento a prática dos sujeitos que a realizam.

Há, no entanto, diferenças entre a avaliação e a sistematização. A avaliação, mesmo que seja trabalhada em processo, sempre vai demandar parâmetros pré-definidos para que possamos comparar o objeto da sistematização com os mesmos, embora esses parâmetros possam ser alterados (acréscimo de um, eliminação de outro, etc.). A avaliação centra-se mais nos objetivos para saber: se foram atingidos ou não; o alcance dos mesmos; e os fatores que explicam esse alcance. Dá maior importância aos resultados, ou seja, aos efeitos internos e aos impactos externos que a experiência vem provocando.

Na sistematização as categorias de análise são forjadas no decorrer do processo. Trata-se de categorias que sofrem transformações - são engordadas - em decorrência da reflexão (análise/síntese/interpretação), ajudada por teorias, às quais se recorre para a compreensão/explicação das tensões, das convergências, das divergências identificadas ao percorrermos o objeto da sistematização. Quanto ao conteúdo da sistematização ele é constituído pela significação que os participantes vêm dando à experiência. Não apenas a significação no seu estado original, mas inclusive as transformações de significado proporcionadas pelo processo interativo, que a sistematização engendra. A sistematização está mais preocupada em identificar a lógica da experiência e as representações que os sujeitos constroem sobre a mesma, como vêem, como percebem a própria experiência. E tudo isto a partir de um eixo temático que, no decorrer do processo, vai balizando a reflexão. O leito da reflexão é mais definido do que o da avaliação. Ao contrário da avaliação, a sistematização exige que se defina quando deverá terminar, quando se fará a comunicação dos seus resultados e que tipo de produto ela vai gerar.

Ambas, a sistematização e a avaliação, precisam ser realizadas e confrontar os resultados obtidos. Se não avaliamos e nem sistematizamos, estamos deixando de lado a mais importante fonte de nossa aprendizagem e formação que são as nossas próprias experiências.

Uma primeira diferença entre a sistematização e a investigação situa-se no âmbito do objeto. O objeto da sistematização é necessariamente empírico. O eixo temático da sistematização não está desvinculado do objeto empírico, isto é, de uma prática social, que é um real concreto. Para a realização de uma investigação não, necessariamente, precisamos de um

objeto empírico que encarne as tensões entre o saber e o não saber que geram um problema de investigação. Pela investigação pode-se trabalhar o conhecimento através do confronto de teorias, através da busca da contradição num suposto conhecimento, através das contradições lógico-matemáticas, etc. Como se observa, o problema teórico que dá margem ao estabelecimento do eixo da sistematização não vem desvinculado do objeto empírico.

Alguns autores estabelecem uma diferença de nível de reflexão entre a sistematização e a investigação. A sistematização alcançaria um primeiro nível e a investigação níveis mais elevados de reflexão. Ao nosso ver, a sistematização pode alcançar níveis de reflexão mais ou menos elevados, dependendo do alcance teórico dos seus sujeitos.

4. PROPOSTA METODOLÓGICA DE SISTEMATIZAÇÃO

Pressupostos

Nossa proposta de sistematização está pautada por uma concepção de mundo, que vendo homens e mulheres a partir e no seu mundo-ambiente atém-se à relação que estes humanos estabelecem com a diversidade de seres que o conformam, especialmente com os seus semelhantes. Parte da imensa capacidade reflexiva e operativa desses mesmos homens e mulheres sobre esse ambiente e sobre o seu estar no mesmo, de sua capacidade de criar, destruir e recriar e, nesse processo, poder contemplar, encantar-se, horrorizar-se, aprender, ou nem tanto, com as próprias obras. Nossa concepção de mundo, embora não esconda a pretensão de apreender o mundo desde sua materialidade, leva em conta as significações que a relativizam e complexificam. Portanto, esse mundo-ambiente é natureza, são relações sociais, é conhecimento processados pelo trabalho, mas é também rede de significados tecida por diferentes modos culturais de estar sendo natureza, relações sociais e conhecimento, quer seja como trabalho ou como fruição. Essas possibilidades de combinação do natural, cultural e social poderão estar ocorrendo a partir e/ou na direção de princípios universalizantes ou acontecerão sem subtrair

Nossa forma de ver o mundo, nos dá uma relação e visão de conhecimento. Ao mesmo tempo que é produto histórico de homens e mulheres em relação, na sua aventura humana de produzir, destruir e recriar seu mundo-ambiente, este que os inclui, somos tomados de perplexidade ao depararmo-nos, hoje, com o conhecimento, especialmente o que se apresenta na forma de tecnologia, a quase-ganhar vida própria e a sobre-determinar homens e mulheres no seu mundo. Portanto, no âmbito da produção do conhecimento, nos assusta o resultado do pragmatismo exacerbado do mercado, do capital, mas ao mesmo tempo vamos a busca de resultados e impactos, embora estes se apresentem como exigência de um projeto que é de presente/futuro e pressuponham um estar sendo de um mundo-ambiente e de um devir, desde esse mesmo mundo, melhorado. Queremos dizer que a sistematização de práticas sociais concretas, como a concebemos e conduzimos, pressupõe a produção de conhecimento sobre a prática, para a prática e desde a prática. Pressupõe a produção de conhecimento desde a construção de relatos vivos, que abram espaço para diversas vozes, passando pela possibilidade

desses relatos revelarem as relações de poder e os dispositivos pelos quais estas operam, de gerarem a possibilidade do conflito se explicitar, até a possibilidade da reconstrução das práticas, após serem estas refletidas, situadas, melhor compreendidas.

Andamos pelo mundo do conhecimento dialogando com Marx, Habermas, Foucault e especialmente com Agnes Heller que nos abre a perspectiva de compreender um pouco mais os processos de individuação humana, enquanto acompanhamos o envolvimento de homens e mulheres com a sistematização de suas próprias experiências no seu mundo-ambiente. Mas não nos satisfazemos se esse diálogo não nos leva a produtos: conhecimento novo, singular, colado à prática; conhecimento crítico-instrumental, a serviço da experiência sistematizada, mas também de outras correlatas; conhecimento emancipador produzido e apropriado por coletivos que vivem alguma relação de subalternidade; conhecimento democrático passível de provocar mudanças nas relações de poder dos coletivos que o constróem.

Caminhos

Nossos caminhos têm apenas balizas, construídas a partir das propostas daqueles que nos apresentaram e nos ajudaram a entrar no mundo da sistematização. Já os nomeamos. Essas balizas já passaram por várias reconstruções no caminhar de nossas próprias experiências com a sistematização e com a formação para a sistematização. Atualmente começam a estabilizar-se, mas o seu uso em cada caso de sistematização tem apresentado especificidades; levamos a sério o conceito de metodologia como prática reconstruída. Estas balizas, referências ou momentos, que sugerimos aos processos de sistematização, são as seguintes:

Encontro preliminar dos integrantes da experiência

De um modo geral, iniciamos o trabalho com um encontro dos integrantes da experiência para conhecer suas percepções primeiras sobre a experiência a ser sistematizada, para confrontar seus propósitos e para chegar a alguns acordos preliminares. Neste encontro os participantes poderão discutir o que estão entendendo por sistematização, expor os motivos e motivações que os desafiam a enveredarem-se por esses caminhos, manifestar até onde esperam chegar, inclusive quais os produtos que vislumbram como resultados do processo.

Nesta mesma oportunidade, acreditamos ser necessária a intervenção pedagógica dos assessores, trabalhando o conhecimento veiculado pelos integrantes da experiência, desde a explicitação dos conceitos da sistematização, até a antecipação das possíveis implicações e consequências da objetivação destes numa prática científica.

Seguem-se negociações diversas, sejam elas institucionais ou pessoais, de modo a ser assegurada a viabilidade do processo.

O projeto da sistematização

O projeto centraliza a cena de um segundo momento do método. Tomando a experiência a ser sistematizada, da forma como os sujeitos a percebem, vamos procurar caracterizá-la, situá-la e, com o auxílio de um referencial teórico que começa aí a ser estruturado, vamos construir nosso objeto de investigação. Segue-se a problematização do mesmo de modo a propiciar a definição do foco da sistematização – eixo temático – e o delineamento dos objetivos e do caminho a ser percorrido na busca de informações para a reconstituição da experiência em questão. O eixo temático corresponde sempre a uma questão teórico-prática; além de situar o limite dos participantes, situa o limite operativo do conhecimento histórico para aquela prática. Algo deverá ser construído; estamos nos defrontando com a necessidade da dupla ruptura epistemológica, como coloca Boaventura Souza Santos. São os saberes dos participantes da experiência que estão sob questão, mas é também a capacidade operativa do conhecimento histórico que está sendo desafiada, quando decidimos olhar uma prática social, para aperfeiçoá-la, com olhos armados de teoria.

Definidos objeto, eixo temático, objetivos e caminhos da sistematização, já podem entrar em detalhamento as questões que orientarão a construção da narrativa e a análise do objeto em questão, bem como os procedimentos de análise a serem utilizados.

Restam, contudo, alguns elementos do projeto: bibliografia auxiliar, listagem de possíveis assessores que apoiarão o processo, cronograma físico-financeiro decisões institucionais.

A construção da narrativa

A narrativa, balizada pelas perguntas orientadoras, recuperando acontecimentos, fatos, relações, contextos de ocorrência, constitui o nosso terceiro desafio. A narrativa primeira estará, sem dúvida, carregada de interpretações que, muitas vezes, antecipam a própria descrição do ocorrido. Mas o momento seguinte, o das análises com as conseqüentes sínteses, estará selecionando, classificando, limpando, questionando, interpretando e (re)situando esta mesma narrativa e, em conseqüência, a prática sob sistematização. A narrativa inaugura a realização propriamente dita da sistematização.

Narrar é uma arte. Corresponde a expressar as representações dos sujeitos da experiência em estudo, separá-las para depois juntá-las numa outra perspectiva, desenhando formas consensadas, para serem colocadas à prova da análise, referenciada ao eixo da sistematização e a teorias que explicam representações “genuínas” da prática e as auxiliam a recompor sentidos. Corresponde também a apresentar um objeto que, além de se submeter a análises, suporte sínteses seletivas, delineadoras de rumos, que pressupõem argumentação fundamentada.

A análise e a interpretação da construção sobre o objeto

Nossas análises atingirão a profundidade suportada pelos integrantes da prática. Não acreditamos ser o nível de reflexão o que vai distinguir a sistematização da investigação científica, mas a própria construção do objeto e a forma de relação com o mesmo criarão distinções. Em nossos processos de sistematização vamos agir operando reflexivamente em graus diferenciados de complexidade e abstração: ora, estaremos mais presos às percepções dos sujeitos sobre o desenrolar de suas práticas, tentando acompanhar as transformações que a dinâmica intersubjetiva produz, o que demarca um caminho e um ponto de chegada; ora, estaremos menos diretamente comprometidos com estas percepções. No segundo caso, estaremos retrabalhando nossos objetos com instrumentos mais complexos e universalizantes (conceitos, teorias, métodos). Estaremos nos permitindo transcender as práticas. Isto significa traçar rotas sobre rotas e demarcar novo ponto de chegada, a reconceitualização na educação popular. (Esta experiência tem ocorrido em nossas oficinas de pedagogia)

A construção de produtos

A construção de produtos que possibilitem socializar a experiência sistematizada, as aprendizagens decorrentes do processo, os novos desafios para o desencadear de novas iniciativas de sistematização corresponde ao quinto momento de nossa proposta metodológica. Nunca será demais a atenção dada a este momento, pois um produto bem construído, que atenta aos interesses dos destinatários, que de fato consiga estabelecer comunicação com os mesmos, poderá constituir-se num rico instrumento educativo. Contudo, dificilmente esses produtos darão conta de reproduzir a riqueza dos processos vivenciados pelos sujeitos da sistematização.

Socialização e realimentação da prática

A socialização e a realimentação da prática se constituirão no momento derradeiro, aquele que vai corresponder a um convite a rever os sentidos das relações sujeito-mundo-ambiente, a (re)significar o estar-sendo de cada um entre os outros e a retrabalhar a trajetória coletiva que corresponde a um devir, à construção desse presente-futuro no qual os sujeitos da experiência apostam.

Instrumental técnico

Quanto ao instrumental técnico que utilizamos na sistematização, há várias fontes de inspiração: as dinâmicas de grupos, a história oral, as linhas de história, os desenhos coletivos e outras técnicas da pesquisa qualitativa tanto para a coleta, construção, como para a análise das informações. São técnicas que em geral passam por recriações para que possamos atender às especificidades da sistematização: possibilidade de haver produção coletiva, capacidade de propiciar aos integrantes do processo falarem/representarem a própria prática, possibilidade de se estabelecer a comunicação, o confronto, a argumentação, e a ressignificação do falado e do vivido.